

## PROBLEMÁTICA DA POPULAÇÃO IDOSA: REFLEXOS DO MUNDO DO TRABALHO

Joana Darc Matias do Prado Teles

Sâmea Moreira Mesquita Alves

*Faculdade de Tecnologia do Nordeste - FATENE, darcp Prado@hotmail.com*

### RESUMO

Tratar sobre a velhice implica considerar os vários aspectos que a envolvem, entre eles: aspectos sociais, econômicos, culturais, psicossociais, biológicos, demográficos, principalmente quando se trata do Brasil, país em desenvolvimento, com inovações tecnológicas decorrentes da reestruturação produtiva no contexto da mundialização do capital. A questão do envelhecimento populacional brasileiro sofre também influências das transformações no mundo do trabalho. O presente estudo pretende discutir acerca das particularidades do envelhecimento da classe trabalhadora. A metodologia utilizada foram pesquisas bibliográfica e documental. O instrumental de pesquisa foi constituído pela combinação de técnicas, bem como, a combinação das abordagens qualitativas e quantitativas. Conclui-se que as mudanças no mundo do trabalho traz consequências negativas, principalmente, para o trabalhador que envelheceu ou que está no processo de envelhecimento. Constitui o envelhecimento do trabalhador, enquanto tempo de vida, objeto de controle social e de fonte de experiências negativas com essa perspectiva de tempo, que associado às desvalorizações sociais, à pobreza, e às restrições físicas e sociais, configuram parte dos problemas que essa classe enfrenta na velhice.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Trabalho. Classe Trabalhadora.

### ABSTRACT

Discuss about old age implies to consider the various aspects surrounding it, such as: social, economic, cultural, psychosocial, biological, demographic, especially when it speak about Brazil, a developing country, with technological innovations arising from the restructuring process in the context of globalization of capital. The issue of aging Brazilian population also suffers influences of changes in the labor market. This study discusses about the aging characteristics of the working class. The methodology used was bibliographic and documentary research. The instrumental research was formed by combination of techniques as well as the combination of qualitative and quantitative approaches. It concludes that changes in the world of work brings negative consequences, especially for the worker who has aged or is in the aging process. It is the worker's age, while lifetime, social control object and source of negative experiences with this perspective of time, which associated with social devaluations, poverty, and physical and social constraints, constitute part of the problems that this class faces in old age.

Keywords: Aging, Labour. Working Class.

### INTRODUÇÃO

A questão do envelhecimento populacional no Brasil é um fato notório e incontestável, que segue uma lógica mundial, porém, apresenta suas especificidades no contexto do Brasil, um país

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

[www.cieh.com.br](http://www.cieh.com.br)

em desenvolvimento que a partir da década de 1990, dar-se a normatização da ampliação da garantia de direitos sociais dessa parcela da população em discussão.

A problemática da população idosa que carece da atenção básica em um país que envelhece, como uma das expressões da questão social, faz parte do conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, expressa, portanto, em face das disparidades econômicas, políticas sociais e culturais entre as classes sociais (IAMAMOTO, 2004). Em outras palavras, em uma sociedade onde a riqueza é socialmente produzida, mas socialmente não distribuída e, sim privada. Isto significa que, na versão de Tonet (2009, p.53)

Milhões de pessoas são obrigadas a viver em condições subumanas porque não têm acesso ou têm um acesso precaríssimo à alimentação, à saúde, à habitação, ao vestuário, ao saneamento, ao transporte, etc. (...) Em oposição a esses milhões de pessoas, encontramos uma minoria que concentra em suas mãos uma quantidade cada vez maior de riqueza, que esbanja em luxos e superfluidades desmedidas, que se cerca de muralhas de segurança sempre maiores, que faz belos gestos e belos discursos, mas que não pode, porque não depende de boas intenções nem de “vontade política”, eliminar esse fosso progressivo entre a minoria, rica e parasita, e a maioria, pobre, – que produz a riqueza.

Na particularidade da sociedade brasileira “esse fosso progressivo entre a minoria, rica e parasita, e a maioria, pobre, – que produz a riqueza” se revela através dos dados da pesquisa do IBGE realizada em setembro de 2008, demonstrando que os 10% mais ricos (R\$ 4.424 mensais ou mais) concentravam 43% da riqueza, ao passo que os 50% mais pobres possuem apenas 18%. Ainda neste sentido, dados do Censo 2010 revelam que a renda dos mais ricos (média de R\$ 16.560,92 mensais) é maior que a de 40 brasileiros mais pobres (R\$ 393,43). Conforme estes dados, o Brasil se situa no terceiro pior nível de desigualdade de renda do mundo, competindo apenas com o Equador.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD-IBGE (2010) apresentam que, entre 1995 e 2008, 12,8 milhões de brasileiros saíram da condição de pobreza absoluta – caracterizada por renda domiciliar mensal per capita de até meio salário mínimo. Já o contingente de pessoas que deixaram a condição de pobreza extrema foi de 12,1 milhões. Os dados apresentam ainda que houve uma diminuição de 33,6% na taxa de pobreza absoluta, que

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

[www.cieh.com.br](http://www.cieh.com.br)



ficou em 28,8% da população em 2008. Já a proporção de miseráveis (pobreza extrema), estimada em 10,5% da população nos anos de 2010, caiu quase 50% em relação a 1995. De acordo com o estudo "Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil", realizado pelo IPEA (2010), até o ano 2016, deverá ser eliminada do país a pobreza extrema – condição em que as famílias têm renda per capita de até um quarto do salário mínimo.

**TABELA 1: TOTAL DE PESSOAS COM RENDA DOMICILIAR PER CAPITA ABAIXO DE R\$ 70 (em valores de 2010, corrigidos pelo INPC)**

UF	2006		2011		2012		Variação Absoluta			
	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	2011/2012	Ranking	2006/2012	Ranking
Bahia	12,2	1.641.335	10,3	1.363.184	8,2	1.126.897	-236.287	1	-514.438	1
Ceará	15,0	1.211.982	10,1	858.323	8,5	718.066	-140.257	4	-493.916	2
Pernambuco	12,9	1.083.712	10,1	826.795	7,0	609.160	-217.635	2	-474.552	3
Piauí	18,6	566.182	8,6	268.633	5,1	161.492	-107.141	5	-404.690	4
Maranhão	20,2	1.260.469	15,8	1.026.077	13,8	924.515	-101.562	6	-335.954	5
Alagoas	18,3	557.366	11,0	329.723	8,7	276.066	-53.657	9	-281.300	6
Minas Gerais	3,9	728.538	2,6	484.810	2,3	450.866	-33.944	11	-277.672	7
Paraíba	11,2	411.494	6,4	236.253	5,2	196.244	-40.009	10	-215.250	8
São Paulo	2,2	860.452	1,7	679.855	1,7	666.452	-13.403	18	-194.000	9
Rio Grande do Sul	3,3	347.152	1,8	191.674	1,8	185.698	-5.976	23	-161.454	10
Rio Grande do Norte	9,9	304.548	6,6	209.718	4,8	155.434	-54.284	8	-149.114	11
Sergipe	9,9	195.563	5,5	113.766	4,2	88.724	-25.042	14	-106.839	12
Paraná	2,6	264.788	1,7	172.931	1,7	173.197	266	24	-91.591	13
Espírito Santo	4,6	153.680	2,9	97.999	2,0	68.449	-29.550	12	-85.231	14
Pará	7,4	529.634	8,3	632.105	5,8	445.897	-186.208	3	-83.737	15
Mato Grosso	4,2	123.574	1,7	51.212	1,9	59.163	7.951	26	-64.411	16
Goias	2,8	160.678	2,1	126.827	1,7	104.779	-22.048	15	-55.899	17
Amazonas	8,3	273.747	9,0	284.393	6,2	219.995	-64.398	7	-53.752	18
Mato Grosso do Sul	3,9	92.590	1,9	46.516	1,6	39.349	-7.167	22	-53.241	19
Rondônia	6,6	100.170	4,0	60.550	3,1	47.861	-12.689	19	-52.309	20
Tocantins	7,5	98.544	5,4	76.792	4,3	60.989	-15.803	17	-37.555	21
Acre	12,1	81.966	8,1	60.582	6,8	52.172	-8.410	21	-29.794	22
Distrito Federal	2,5	58.422	2,3	59.876	1,9	50.529	-9.347	20	-7.893	23
Roraima	5,4	20.067	3,4	15.627	3,8	18.014	2.387	25	-2.053	24
Amapá	4,0	25.091	7,2	48.312	3,9	28.311	-20.001	16	3.220	25
Santa Catarina	1,1	62.707	1,6	96.689	1,2	70.880	-25.809	13	8.173	26
Rio de Janeiro	2,4	349.184	2,3	335.891	2,8	407.921	72.030	27	58.737	27

Fonte: PNAD / IBGE. Elaborado: IPECE (2013)

De acordo com a tabela acima se pode observar que, em 2012, em termos absolutos, o estado da Bahia apresenta o maior contingente de pessoas na extrema pobreza, seguido nessa ordem dos estados do Maranhão, Ceará, São Paulo e Pernambuco. Já em termos proporcionais,

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

[www.cieh.com.br](http://www.cieh.com.br)

Maranhão, Alagoas, Ceará, Bahia e Pernambuco são os que apresentam as maiores taxas. Por outro lado, Roraima, Amapá, Mato Grosso do Sul e Rondônia apresentam os menos contingentes populacionais em extrema pobreza.

Considerando a variação entre os dois anos mais recentes, 2011 e 2012, os estados da Bahia, Pernambuco, Pará, Ceará e Piauí foram os que mais avançaram em termos de redução da população em pobreza extrema. E em termos das taxas de variação no período 2006 a 2012, a Bahia, Ceará e Pernambuco foram os estados que mais reduziram o número de pessoas na extrema pobreza, com 514,4 mil, 493,9 mil e 474,5 mil respectivamente.

Apesar de analisarmos que nos últimos anos tem-se reduzido o número de pessoas na extrema pobreza, podemos afirmar que o crescimento econômico não se mostra suficiente para elevar o padrão de vida de todos os brasileiros. Apesar dessa redução da pobreza extrema ser expressiva nos estados brasileiros neste últimos anos, pode-se observar que foi desigual entre as diferentes regiões do país. No Sul, por exemplo, a pobreza absoluta caiu 47,1%, enquanto a pobreza extrema recuou 59,6%. Já na Região Norte, a pobreza absoluta retrocedeu 14,9% e a pobreza extrema caiu 22,8%. Podemos destacar que no Estado do Rio Grande do Sul apenas 2,1% da população é extremamente pobre, enquanto no restante do país são 5,2 %.

A retração do Estado em paralelo com a ampliação de livre mercado, atrelado ainda ao desmonte da proteção social trabalhista baliza as formas de enfrentamento da questão social. O empobrecimento da classe trabalhadora, sua exploração, sua dificuldade de mobilidade social e mesmo a limitação do acesso aos bens básicos à sobrevivência, como alimentação, moradia, saúde, segurança, são características inerentes ao sistema capitalista, que dado seu atual estágio confere à questão social particularidade histórica.

A permanente insegurança que permeia as relações sociais no mundo do trabalho apresenta-se como sinais próprios da reestruturação produtiva. Um clima de total insegurança é uma estratégia de impossibilitar qualquer tentativa de organização por parte do trabalho. Incide sobre a classe trabalhadora, nos aspectos não somente econômico, social, político, mas também sobre o psicológico. O desempregado sente-se em concordata de si mesmo, (SANTOS, 2000), ou seja, na medida em que não consegue vender sua força de trabalho, considera-se em fase de falência múltipla.



Destituído da única via de sobrevivência, a venda de sua força de trabalho, o trabalhador está sujeito a toda sorte de infortúnio, e conseqüentemente torna-se demandatário em potencial das políticas sociais. A ofensiva neoliberal, no contexto da reestruturação conflui para diminuição do gasto social e na imposição da regulação de mercado. Implica necessariamente na despolitização da questão social, que passa a ser objeto da filantropia e da responsabilidade social, situando-a é óbvio, fora do âmbito do direito.

E, dentro desta cruel realidade da classe trabalhadora brasileira, encontramos o trabalhador que envelheceu ou que está no processo de envelhecimento e junto com esse processo de envelhecimento, o descarte. O capitalismo, através do controle das práticas temporais, espaciais e dos meios de produção, aloca e realoca o tempo de vida dos trabalhadores ou o tempo social, redefinido pelas necessidades reprodutivas ampliadas do capital, seja enquanto tempo de trabalho, "tempo livre" ou tempo de envelhecer. Constitui o envelhecimento do trabalhador, enquanto tempo de vida, objeto de controle social e de fonte de experiências negativas com essa perspectiva de tempo, que associado às desvalorizações sociais (em função do valor econômico dos indivíduos), à pobreza, e às restrições físicas e sociais, configuram parte dos problemas que essa classe enfrenta na velhice.

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos que nortearam nosso estudo são as pesquisas bibliográfica e documental. Para Minayo (2007, p. 16), *metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade*. Inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o potencial criativo do investigador.

Realizamos a pesquisa bibliográfica, dando ênfase a autores que trabalham com a questão do envelhecimento, políticas voltadas à população idosa e à questões que envolvem o mundo do trabalho. Utilizamos como fonte de pesquisas livros, dissertações, teses, revistas, periódicos e etc. *Essa forma de investigar, além de ser indispensável para a pesquisa básica, permite-nos articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento. Ela visa criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo*

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

[www.cieh.com.br](http://www.cieh.com.br)

*que já se encontra produzido* (MINAYO, 2007, p. 52).

A pesquisa bibliográfica buscou maior embasamento teórico do fenômeno de estudo. Optamos pela pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, visto que se complementam.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região visível, ecológica, morfológica e concreta, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, em lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas... O conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe. Ao contrário, se complementa, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 2007, p. 22).

Nosso instrumental de pesquisa foi constituído pela combinação de técnicas, bem como, a combinação das abordagens qualitativas e quantitativas. De acordo com Minayo (2007), o uso de métodos quantitativos tem o objetivo de trazer a luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática. Na pesquisa qualitativa verifica uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (MINAYO, 2007).

Nesta pesquisa realizamos a pesquisa documental a partir de dados fornecidos por documentos legais que nos levou dados necessários para a investigação. De acordo com Gil (2007, p. 62-63), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com a teoria marxiana, o trabalho é considerado a categoria fundante da práxis social, da sociabilidade humana, o elemento estruturador das relações sociais, dada a capacidade humana mediante o trabalho, de transformar a natureza para garantir a satisfação de suas necessidades, e nesse processo de transformação, modificar - como parte do processo de

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

[www.cieh.com.br](http://www.cieh.com.br)

complexificação de suas potencialidades - a si mesmo, aos outros indivíduos e ao modo como se estabelece o processo de trabalho.

Assim, destaca Marx (1989, p. 202):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Segundo Debert (1999), o curso da vida moderna é reflexo da lógica fordista, ancorada na primazia da produtividade econômica e na subordinação do indivíduo aos requisitos racionalizadores da ordem social. Tem como corolário uma burocratização dos ciclos da vida, através da massificação da escola pública e da aposentadoria, onde três segmentos foram claramente demarcados: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; e a velhice e a aposentadoria. Se atribui ao pós-fordismo e a cultura pós-moderna o apagamento das fronteiras que separavam juventude, vida adulta e velhice.

A classe trabalhadora envelhecida é descartada do processo produtivo e incluída nos números dos improdutivos ou população não economicamente ativa, mas necessita retornar ao trabalho, porque não consegue se manter. Ressalta-se aqui que parte desta população envelhecida, encontra-se no mercado informal e, muitas vezes, nesse momento da vida, não tem renda ou dependem de benefícios sociais, destacando aqui o Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Pesquisas apontam que em muitos municípios brasileiros, especialmente os do nordeste, o dinheiro da aposentadoria e benefícios são as principais fontes de arrecadação do município e manutenção das famílias da renda dos idosos responsáveis pelo domicílio. De acordo com Camarano (2002) em 3.479 dos 5.507 cidades brasileiras, a soma dos benefícios dos aposentados é maior que o Fundo de Participação dos Municípios, verba repassada pelo Governo Federal. O autor afirma ainda que nas famílias brasileiras nas quais existem idosos estão em melhores condições econômicas do que as demais famílias. Isso se deve, principalmente, aos

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

[www.cieh.com.br](http://www.cieh.com.br)



tipos de arranjos internos e etapas do ciclo familiar que estabelecem diferentes relações de dependência econômica entre os membros das famílias, bem como a universalização dos benefícios da seguridade social (BPC e Renda Mensal Vitalícia). Segundo dados da Previdência Social, no ano de 2003 foram concedidos 530.177 benefícios aos idosos no valor de um salário mínimo/mês. Em 2011, o BPC atendeu 1.687.826 beneficiários idosos, repassando cerca de R\$ 10,82 bilhões.

A crise econômica, o desemprego e o aumento do número de empregos informais ou até mesmo parciais que o país vem sofrendo nas últimas décadas, tem provocado alterações nas condições de vida das famílias brasileiras. De acordo com Berzins (2003) muitos filhos casados com suas famílias têm voltado a morar com seus pais, por não terem condições de arcar com as despesas do orçamento doméstico. Como resultado desta crise econômica os pais/avós têm se responsabilizado pelo orçamento ou auxílio aos filhos e netos, participando com elevado contribuição no orçamento familiar. Muitos filhos divorciados e viúvos retornam à casa dos pais solicitando um apoio financeiro ou moral, para educar seus filhos. (SANTINI, 2004).

De acordo com Santini (2004), o divórcio, a viuvez, os filhos que não saem nunca de casa constituem as várias razões que explicam porque, no Brasil, as gerações mais velhas coabitam cada vez mais com as gerações mais jovens. Camarano nos traz que

A renda do idoso (pensão ou aposentadoria) é outro fator que contribui para que a família o acolha em seu domicílio, pois as taxas de desemprego têm se mantido elevadas e, pesquisas apontam que, muitas vezes, é essa renda que mantém o núcleo familiar. Assim, a renda do idoso é apontada como outro fator importante para que os mesmos coabitem junto a outros membros familiares. O idoso tem a necessidade de assegurar não só a própria manutenção, em face de despesas crescentes com a saúde, e obrigado a sustentar a outros membros porque o cidadão perdeu o emprego; além do fato de que o idoso pode contribuir com os afazeres domésticos e o cuidado das crianças pequenas. (CAMARANO, 2002:78).

Peixoto (2004) destaca que o fenômeno da co-residência ou coabitação constitui um tipo de assistência que o idoso vem oferecendo a sua família. Segundo a autora, no Brasil, as gerações mais velhas cada vez mais coabitam com as novas, sendo este fenômeno mais comum nas camadas populares.



Pesquisa realizada pelo IPEA (2002) reflete que a situação do idoso brasileiro em termos de renda, em 1998, era bem melhor do que nos anos de 1980. É a sua maior renda, relativamente a dos mais jovens, que lhe tem propiciado uma capacidade maior de oferecer suporte familiar. Dentre os idosos brasileiros, menos de 12% não tinham nenhuma renda em 1998. Essa proporção foi bem menor do que a observada em 1981, quando fora de 21%. Essa redução se deve ao aumento das mulheres com algum rendimento. Os diferenciais entre os sexos na proporção mencionada já foram também bem expressivos.

Em 1981, 2,5% dos homens idosos não tinham nenhum rendimento e entre as mulheres, a proporção referida foi de 37,4%. Em 1998, a proporções de mulheres sem rendimento atingiu 18,1%. A variação mais expressiva se deu na proporção de mulheres que recebiam mais de um salário mínimo; esta passou de 15,3% em 1981 para 34,4% em 1998, segundo Camarano e El Ghaouri (1999).

A proporção de famílias que tinham idosos em sua composição consideradas pobres e indigentes decresceu de 40% para 20%. Em 1998, a proporção de famílias pobres e indigentes nas famílias que continham idosos era menor do que nas famílias que não continham. Essa melhoria não ocorreu de forma linear no tempo. Conforme Camarano e El Ghaouri (1999) parece ter havido uma piora entre 1981 e 1987 e uma melhora nos últimos 10 anos analisados. Essa melhora é resultado da universalização da Seguridade Social, da ampliação da cobertura da previdência rural e da legislação da assistência social estabelecidas pela Constituição de 1988, que garante aos idosos, maiores de 65 anos, com renda per capita abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, um salário mínimo mensal, o BPC, já referido anteriormente. Camarano afirma que

A importância da renda proveniente da aposentadoria cresce com a idade. Em 1997, para a população masculina, as aposentadorias contribuíram com aproximadamente 46% da renda dos que tinham de 60 a 64 anos e 82% dos rendimentos da população maior de 80 anos. O peso relativo da renda das aposentadorias é menor entre as mulheres do que entre os homens. Mas, se se adicionar as pensões que são também muito importantes na renda delas, os dois tipos de benefícios foram responsáveis por 89% da renda das mulheres de 60 a 64 anos e 98% das que tinha mais de 80 anos. (CAMARANO E EL GHAOURI, 1999, p. 21).

Dentro desta realidade da condição do idoso do Brasil, podemos destacar que a diferença de gênero se processa diferente, tanto nos aspectos sociais como nos econômicos, nas condições

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

[www.cieh.com.br](http://www.cieh.com.br)

de vida, nas doenças e até mesmo na subjetividade. Ao se considerar os aspectos da velhice, não podemos deixar de contemplar o recorte de gênero que é determinante inclusive do lugar que os idosos e as idosas ocupam na vida social. Satisfazer as necessidades individuais dos homens e mulheres idosas é o grande desafio (BERZINS, 2003).

As mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo. No Brasil, segundo o censo do IBGE (2010) há 96 (noventa e seis) homens para cada 100 (cem) mulheres no Brasil. Do total da população masculina brasileira, 9.156.112 estão acima de 60 (sessenta) anos e, do total da população feminina, 11.434.487, estão acima dos 65 (sessenta e cinco) anos. A diferença ocorre, segundo o IBGE, porque a taxa de mortalidade, entre homens, é superior. Mas nascem mais homens no país: a cada 205 (duzentos e cinco) nascimentos, 105 (cento e cinco) são de homens. São vários os fatores que contribuem para a feminização da velhice e, este fenômeno se repete em quase todos os países. Dentre os fatores estão, segundo Berzins (2003), a inserção diferente no mercado de trabalho; o consumo diferente de tabaco e álcool; a postura diferente em relação à saúde/doença; a relação diferente entre os serviços de saúde e a exposição a risco como violência.

## CONCLUSÃO

No decorrer do estudo podemos identificar que as mudanças rápidas da população brasileira, com o surgimento de um número expressivo de idosos, têm produzido diferentes implicações na estrutura das relações sociais, econômicas e culturais e, dessa forma, constitui novos desafios para as políticas de proteção ao idoso.

Estar fora do trabalho é estar fora da vida, excluído das condições de reprodução social e, no caso do envelhecimento do trabalhador, do mundo público, das relações sociais, condição que implica desvalorização social por não contribuir para a riqueza social e para a reprodução biológica e social.

Assim, o tempo de vida do trabalhador continua sendo dominado, de forma opressiva, pelo capital, seja o tempo de trabalho dos integrados ou inseridos no mercado de trabalho, na qual não se suga somente suas forças físicas, mas também se captura sua subjetividade; o tempo do desempregado revestido na busca de "empregabilidade", e o tempo dos idosos e

outros setores dos trabalhadores com renda, como tempo de consumo, da indústria cultural e do lazer.

Portanto, a classe trabalhadora envelhecida, descartada do processo produtivo, incluída nos números dos improdutivos ou população não economicamente ativa, aposenta-se, mas a grande esmagadora parcela desta população necessita retornar ao trabalho, porque não consegue se manter com a aposentadoria.

Enfim, sem a pretensão de esgotar o assunto, acreditamos que este estudo possa abrir perspectivas para uma análise mais abrangente sobre o idoso no contexto do mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

1. IAMAMOTO. Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis. nº 3. 2ª ed. Ano 2. Brasília: ABEPSS; Odisséia, jan./jun., 2004.
2. \_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
3. TONET. Ivo. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade**. In: Serviço Social : direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009. (Publicação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPS. V. 1)
4. BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009**. Brasília: IBGE, 2009. [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/default.shtm) Acessado em 10 de ago 2015.
5. BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Brasília: IBGE, 2010. <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados> Acessado em 10 de mar. 2015.
6. BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. Comunicado do Ipea nº 58. Rio de Janeiro. 13 de julho de 2010. [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713\\_comuni58pobreza.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comuni58pobreza.pdf) Acessado em 15 de mar. 2015.
7. IPECE. Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará. **Comparando a redução recente da pobreza e extrema pobreza entre os estados brasileiros**. In: Enfoque Econômico, nº 80, out. 2013.



8. SANTOS, João Bosco Feitosa. **O Aveso da Maldição do Gênesis, a saga de quem não tem trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2000.
9. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra os idosos: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria**. 2ª ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
10. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
11. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. O processo de produção do capital. Volume II. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil S. A., 1989.
12. DEBERT, Guita. **A reinvenção da velhice**. São Paulo, Edusp, 1999.
13. CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da População Brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: Texto para discussão. Rio de Janeiro. n. 858, JAN. 2002. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acessado em ago. 2015.
14. BERZINS, M. A. V. da S. **Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada**. Serviço Social e Sociedade, 75. São Paulo: Cortez, 2003.
15. SANTINI, Joarez. **Síndrome do esgotamento profissional**. Revisão Bibliográfica. Movimento, v. 10, nº 1, Porto Alegre jan. 2004.
16. PEIXOTO, C. E. **Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar** IN: PEIXOTO, C. E. (Org) Família e envelhecimento. 144 p. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
17. BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. Comunicado do Ipea nº 58. Rio de Janeiro. 13 de julho de 2002. [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713\\_comuni58pobreza.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comuni58pobreza.pdf) Acessado em 15 de ago. 2015.
18. CAMARANO, A. A. EL GHAOURI, S. K. **Idoso brasileiro: que dependência é essa?** pp. 281-306. In Camarano AA (org.) *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. IPEA, Rio de Janeiro, 1999.
19. BERZINS, M. A. V. da S. **Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada**. Serviço Social e Sociedade, 75. São Paulo: Cortez, 2003.
20. BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Brasília: IBGE, 2010. <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados> Acessado em 10 de ago. 2015.